Revista de Ciências Humanas e Sociais | ISSN: 2447-0244
Vol. 2, n. 1, jan-ago. 2016
Missões

A gênese e a institucionalização do Partido Republicano Brasileiro (PRB)

Genesis and institutionalization of the Brazilian Republican Party (BRP)

Diogo Ives[1]

RESUMO: O artigo analisa a evolução do Partido Republicano Brasileiro (PRB) em seus primeiros doze anos de existência (2005-16) tendo como base teórica o modelo de partidos políticos formulado por Angelo Panebianco. Na intenção de explicar o bom desempenho eleitoral registrado pelo PRB no período, buscou-se avaliar como se deu a sua criação e quais são as perspectivas para o seu processo de institucionalização. A primeira seção repassa os principais conceitos teóricos de Panebianco, que são então utilizados nas seções seguintes para analisar a história do PRB e o perfil dos seus eleitos para o Congresso Nacional. Verificou-se que o PRB teve uma gênese controlada por um centro decisório e marcada pela influência de uma instituição externa a ele, a Igreja Universal do Reino de Deus, à qual vários congressistas eleitos estavam vinculados. Essas características, nos termos de Panebianco, indicam uma institucionalização moderada do partido, dado que possui forte coesão interna com baixa autonomia em relação ao agente criador. Conclui-se que esse quadro organizativo contribui para resultados eleitorais positivos.

PALAVRAS-CHAVE: Partido Republicano Brasileiro; Igreja Universal do Reino de Deus; Panebianco.

ABSTRACT: The paper analyzes the evolution of the Brazilian Republican Party (BRP) in its first twelve years of existence (2005-16) based on the political party model proposed by Angelo Panebianco. In order to explain the good electoral performance registered by the PRB in the period, the objective was to evaluate how its creation happened and what are the prospects for its institutionalization process. The first section reviews the main theoretical concepts of Panebianco, which are then used in the next sessions to analyze the history of the BRP and the profile of its elected representatives to the National Congress. It was verified that the BRP had a genesis controlled by a decision-making center and influenced by an institution external to it, the Universal Church of the Kingdom of God, to which several elected congressists were linked. These characteristics, according to Panebianco, indicate a moderate institutionalization of the party, since it has strong internal cohesion and low autonomy in relation to its creator. We conclude that this organizational framework contributes for positive electoral results.

KEY WORDS: Partido Republicano Brasileiro; Igreja Universal do Reino de Deus; Panebianco.

Introdução

Com apenas doze anos de existência, o Partido Republicano Brasileiro (PRB) vem acumulando resultados importantes no cenário político brasileiro. Desde a sua criação oficial,

[1] Doutorando em Ciência Política no IESP-UERJ. E-mail: diogoives@gmail.com

em 2005, o PRB já teve um vice-presidente da República (José Alencar); nomeou quatro ministros ao longo dos governos Lula, Dilma e Temer até hoje (Mangabeira Unger, Marcelo Crivella, George Hilton e Marcos Pereira); elegeu um senador pelo Rio de Janeiro em 2010 (Crivella); ficou em terceiro lugar na disputa pela prefeitura de São Paulo em 2012 (Celso Russomano); nas eleições de 2014, foi a legenda que mais cresceu percentualmente na Câmara dos Deputados e teve o candidato mais votado do país (Russomano); ficou em segundo lugar nas eleições daquele ano para o governo estadual do Rio de Janeiro (Crivella); e, em 2016, tornou a ter o terceiro candidato mais votado no pleito pela prefeitura de São Paulo (Russomano) e conquistou a prefeitura do Rio de Janeiro (Crivella).

A fim de apreender variáveis internas ao PRB que possam ter contribuído para esse quadro de bom desempenho eleitoral, o objetivo deste artigo é avaliar como se deram os processos de gênese e institucionalização dessa legenda tendo como marco teórico o modelo de partidos políticos formulado por Angelo Panebianco (2005). A primeira seção do trabalho repassa os principais conceitos teóricos de Panebianco, que são então utilizados nas seções seguintes para analisar a história de formação do partido e o perfil dos seus eleitos para o Congresso Nacional. Mesmo tendo resultados eleitorais expressivos tanto no Executivo como no Legislativo, ainda há um escasso material analítico sobre o PRB, de modo que a pesquisa se valeu principalmente de dados oferecidos pelo partido, por órgãos públicos e pela imprensa.

O modelo originário de Panebianco

Segundo Panebianco (2005), não se pode formular nenhuma lei geral a respeito de como evolui a organização dos partidos políticos. A partir de dilemas que os partidos enfrentam no contexto em que se situam, há uma pluralidade de resultados possíveis. Seria possível identificar apenas três fases genéricas na evolução de um partido: gênese, institucionalização e maturidade. Panebianco chama esse esquema de "modelo originário", dado que o desenvolvimento de um partido seria altamente dependente do modo como se deu a sua origem.

Três fatores devem ser levados em conta na fase de gênese: 1) o modo de criação do partido: se por penetração territorial (de um centro para uma periferia) ou por difusão territorial (germinação espontânea em várias locais, que depois se reúnem); 2) a existência ou não de uma instituição externa que patrocina a criação (ex.: igreja, sindicato, empresa); caso haja, o partido é seu "braço político", enquanto ela detém o real poder; 3) o caráter

carismático ou não do partido, isto é, se ele foi usado como veículo para uma liderança carismática se projetar, de modo que o partido depende dela para sobreviver.

O grau de institucionalização que um partido pode alcançar depende de como se deu a sua gênese. Partidos bem institucionalizados são mais propícios em casos de criação por penetração territorial (há um maior controle do processo por um centro decisório) e de ausência de patrocinador externo (um criador geralmente não estaria interessado em ter uma criatura muito forte). Já a presença de uma liderança carismática tem um impacto difícil de generalizar, pois pode estar associada ou não ao modo de criação territorial e à existência de um agente patrocinador.

A força da institucionalização de um partido pode ser medida por duas dimensões: 1) o grau de autonomia em relação ao ambiente (controle direto das trocas com o ambiente político e social; a organização não é autônoma, por exemplo, quando seus recursos indispensáveis são controlados por outras organizações) e 2) o grau de sistemicidade, isto é, de interdependência e coesão entre suas partes internas (quanto mais autônomas forem, menor é a sistemicidade). A fim de aferir ambos os graus, é necessário saber como o poder está organizado no interior do partido, o que implica compreender tanto a capacidade de manipulação da sua liderança (o poder que os líderes exercem sobre seus seguidores), quanto o fenômeno inverso, isto é, a existência de limites ao poder organizativo (a capacidade de os seguidores exercerem pressões eficazes sobre a liderança).

A gênese do PRB

O PRB nasceu inicialmente como Partido Municipalista Renovador (PMR). A legenda começou a tomar forma em dezembro de 2003, data em que foi realizada a sua primeira convenção nacional. Os articuladores da criação eram pastores da Igreja Universal do Reino de Deus, filiados então ao Partido Liberal (PL). A decisão do grupo de sair do PL para formar uma nova legenda foi motivada pela perda de influência que sentiam no seu interior:

> Um político ligado ao PL e à Universal afirma que o partido "cresceu com a entrada da Igreja", mas que, depois do inchaço da sigla após a vitória de Lula [...], "o PL já pode prescindir da Universal". Politicamente, o partido está maior que a força política da Igreja, analisa. Dos 18 deputados eleitos vinculados à Universal, nove pertenciam ao PL. [...] O crescimento do PL [...] e as resistências de outras legendas a aceitarem seus candidatos estão entre as causas apontadas para a criação da nova sigla (CARIELLO, 2005).

O PL havia sido criado em 1985 sob a liderança de Álvaro Valle, antigo membro do Partido Democrata Cristão (PDC) no período 1945-65, da ARENA na ditadura militar e do PFL na transição democrática. Em 2006, o PL se juntou ao Partido da Reedificação da Ordem Nacional (PRONA) para formar o Partido da República (PR). Já a Igreja Universal foi criada em 1977 e começou a eleger candidatos políticos a partir de 1986 por meio de vários partidos, dentre os quais o PL (ORO, 2003).

Dentro do grupo de pastores que fundou o PMR, uma figura central foi Carlos Rodrigues, antigamente conhecido como Bispo Rodrigues. Rodrigues foi um dos principais disseminadores da Igreja Universal no Brasil ao lado de Edir Macedo. Após ser afastado da instituição religiosa no começo da década de 2000 devido a denúncias de corrupção e consequentemente perder espaço dentro do PL, o então deputado federal buscou um novo segmento onde pudesse ter influência:

> Valdemar Costa Neto, presidente nacional do PL, diz ter sido avisado por Rodrigues. "O bispo Rodrigues começou [a criação]. Ele me falou: "Tenho que fazer um partido". E eu falei: "Tem mesmo, senão o senhor não vai mais conseguir eleger o seu pessoal". Tem que ter um partido de apoio para ter o que oferecer aos outros partidos, senão não vão aceitar vocês mais", afirmou Costa Neto. Segundo Costa Neto, políticos da denominação "já não estão encontrando lugar" entre os partidos, embora diga que são bem-vindos no PL. Os parlamentares da Universal muitas vezes defendem "os interesses da Igreja" e não dos partidos a que estão filiados, diz ainda o presidente do PL (CARIELLO, 2005).

As assinaturas necessárias para a obtenção do registro eleitoral do PRM foram recolhidas em templos da Universal (CARIELLO, 2005). A criação do partido foi deferida pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE) em agosto de 2005. Apesar da ligação a uma instituição religiosa, não se encontram registros de justificativas ideológicas para o rompimento do grupo de pastores com o PL. Ao contrário, o primeiro estatuto do PRM, elaborado em 2003, cita por engano o PL no artigo 43, indicando que o texto foi meramente copiado, em vez de conter um conteúdo original:

> Art. 43 - As bancadas do PL nas Câmaras Municipais de Vereadores, nas Assembleias Legislativas e Senado Federal constituirão suas lideranças de acordo com as normas regimentais das respectivas Casas Legislativas e com as normas baixadas pela respectiva Comissão Executiva [...] (RODRIGUES, 2003).

O registro foi conferido pelo TSE em agosto de 2005 e, dois meses depois, a legenda mudou seu nome para Partido Republicano Brasileiro (PRB). A reforma foi causada pela entrada no partido de José Alencar, então vice-presidente no primeiro mandato de Lula (2003-06). Alencar havia começado sua carreira política como senador por Minas Gerais pelo PMDB, porém saiu do partido em 2001. Convidado para ser vice-presidente na chapa de Lula para as eleições de 2002, filiou-se ao PL.

A escolha do PL por Alencar teria sido motivada por um cálculo eleitoral. Segundo Fonseca (2002) *apud* Oro (2003), o interesse do PT em selar uma aliança com o PL tinha o interesse velado de ganhar os votos dos fieis da Igreja Universal, em crescimento no país. Por sua vez, a Universal estaria buscando maior influência na política nacional de telecomunicações, tendo em vista a propriedade da Rede Record, desde 1989, pelo bispo Edir Macedo, também proprietário da Universal.

Em setembro de 2005, Alencar deixou o PL, após membros do partido terem sido apontados como envolvidos no escândalo de corrupção do Mensalão. Alencar se filiou então ao PMR, pelo qual voltaria a disputar a vice-presidência na chapa de Lula em 2006. Mantinha-se vigente a estratégia eleitoral de atrair votos de frequentadores da Universal. Nomeado como presidente de honra do PRM, Alencar sugeriu a mudança de nome de PRM para PRB, em meio às denúncias do Mensalão, para que o conceito de republicanismo transmitisse a ideia de responsabilidade na administração pública (PRB, 2014).

O presidente de fato do PRB, desde a criação como PMR, era Vitor Paulo Araújo dos Santos, deputado distrital no período 2003-06 pelo PSDB, ex-diretor da TV Record e bispo licenciado da Universal. Entre 2005 e 2008, presidiu a Associação Brasileira de Radiodifusão, Tecnologia e Telecomunicações (ABRATEL), instituição que defende os interesses de veículos de radiodifusão e que está ligada à Rede Record. Nas eleições de 2010, foi eleito deputado federal (BRASIL, 2011).

Santos deixou a presidência do PRB em 2011, sendo sucedido por Marcos Pereira, que permanece na função até hoje. Assim como seu antecessor, Pereira é um bispo licenciado da Universal e foi vice-presidente da Rede Record até 2009. Dois meses antes da sua posse, havia ocorrido o falecimento de José Alencar em março de 2011. A perda de Alencar não afetou o desempenho eleitoral do PRB, anulando especulações de que o partido era sustentado por sua personalidade.

Na primeira eleição em que participou, em 2006, o PRB elegeu 1 deputado federal e 3 deputados estaduais. Em 2008, foram 54 prefeitos e 780 vereadores. Em 2010, 1 senador, 8 deputados federais, 17 deputados estaduais e 1 deputado distrital. Em 2012, 78 prefeitos e

1.204 vereadores. Em 2014, 21 deputados federais, 31 deputados estaduais e 1 deputado distrital. Em 2016, 106 prefeitos e 1606 vereadores. Os dados estão resumidos na tabela abaixo:

Tabela 1 – Número de eleitos pelo PRB

	2006	2008	2010	2012	2014	2016
Prefeito	-	54	-	78	-	106
Vereador	-	780	-	1204	-	1606
Dep. Est.	3	-	18	-	32	-
Dep. Fed.	1	-	8	-	21	-
Senador	-	-	1	-	-	-

Fonte: Tabela elaborada pelo autor a partir de dados do site do PRB.

Ao fraco desempenho nas eleições de 2006, pode ter contribuído a repercussão de três casos de corrupção envolvendo ou a Universal ou políticos vinculados a ela: Mensalão, Escândalo das Ambulâncias e apreensão de R$ 10,2 milhões em um avião fretado pela empresa religiosa (ÉPOCA, 2009). Além disso, diretórios estaduais do partido ainda não existiam em todas as unidades da federação.

As datas de criação das representações estaduais permitem observar o grau de controle do diretório federal do PRB sobre as subunidades. Conforme mostra a tabela abaixo, estruturas em estados diferentes foram frequentemente inauguradas em momentos idênticos ou muito próximos, indicando que foram criações coordenadas. Além disso, com exceção de períodos na Paraíba e no Rio Grande do Sul, todos os órgãos estaduais são comissões provisórias, indicadas pela Executiva nacional.

Tabela 2 – Datas de criação de representações estaduais do PRB

UF	Data de criação
PB e RS	25 de junho de 2005
SC	10 de outubro de 2005
AP, DF, PE, PI e SE	25 de outubro de 2005
MG	23 de março de 2006
MS, RR e TO	23 de maio de 2007
ES	15 de junho de 2007
MT	16 de julho de 2007
MA	26 de julho de 2007
CE	10 de agosto de 2007
AC	18 de agosto de 2007
RO	19 de novembro de 2007
AL	1 de fevereiro de 2008
PA	16 de dezembro de 2008
SP	30 de janeiro de 2009
BA, GO e PR	9 de fevereiro de 2009

AM	1 de outubro de 2009
RN	11 de março de 2010
RJ	19 de maio de 2010

Fonte dos dados: Tabela elaborada pelo autor a partir de dados do TSE.

Analisando a composição do diretório nacional e das comissões estaduais, a fim de conhecer o perfil dos seus membros, Couto (2012) constatou o seguinte:

> A Executiva Nacional é composta por 18 membros, sendo dez deles (55%) oriundos da Igreja Universal do Reino de Deus ou da Record (em alguns casos, de ambas). No caso dos sete cargo hierarquicamente mais importante na Executiva, todos os membros são igualmente oriundos da Iurd ou da Record. É bom frisar que essa é uma estimativa modesta, pois não foi possível obter informações sobre sete dos membros (que, aparentemente, não têm uma vida pública de relevo). Nos órgãos estaduais, os números são mais impressionantes. Dos 27 presidentes, só quatro (15%) não têm ou não tiveram vínculo formal aparente com a Igreja Universal ou a Record. Todos os demais são eclesiásticos da Iurd ou foram funcionários da Record, ou ambas as coisas (COUTO, 2012).

A institucionalização do PRB

Com o objetivo de se compreender mais sobre a elite política do PRB e poder aferir indiretamente o grau de autonomia do partido, pesquisamos o perfil dos seus eleitos ao Congresso Nacional nas eleições de 2006, 2010 e 2014. Buscou-se saber qual a origem política desses indivíduos (a quais partidos pertenciam anteriormente e quais cargos eletivos ocuparam), suas profissões, se possuíam ligações com a Igreja Universal e/ou com a Rede Record e se integraram a Frente Parlamentar Evangélica (comumente conhecida como "bancada evangélica").

Analisar o grupo de congressistas – em vez de prefeitos, vereadores ou deputados estaduais – se deveu tanto à disponibilidade de dados, quanto à importância desses indivíduos dentro da vida partidária. Segundo o estatuto de PRB (2014), deputados federais e senadores compõem a sua Convenção Nacional, órgão que elege o Diretório Nacional e define as principais diretrizes do partido. Além disso, o número de parlamentares federais é fundamental para a cota que o partido recebe do Fundo Partidário.

Tabela 3: Eleitos em 2006 para a 53ª legislatura (2007-2011) da Câmara dos Deputados

Estado	Nome	Mandatos e/ou afiliações anteriores	Profissão	Atividades em igrejas evangélicas e/ou na Record	Participante da Frente Parlamentar Evangélica
RJ	Léo Vivas	1 vez vereador (PDT) e 1 vez deputado estadual (PDT)	Pastor	Bispo da Universal	Sim

Fonte: Tabela elaborada pelo autor com base nas informações do Repertório Biográfico da 53ª Legislatura (2007-2011), de biografia individual e do site da Frente Parlamentar Evangélica.

Tabela 4 - Eleitos em 2010 para a 54ª (2011-2014) e a 55ª (2015-2019) legislaturas do Senado

Estado	Nome	Mandatos e/ou afiliações anteriores	Profissão	Atividades em igrejas evangélicas e/ou na Record	Participante da Frente Parlamentar Evangélica
RJ	Marcelo Crivella	1 vez senador (PL)	Bispo, cantor gospel, escritor, engenheiro civil	Bispo da Universal e sobrinho de Edir Macedo, dono da Universal e da Record	Sim

Fonte: Tabela elaborada pelo autor com base nas informações do site do Senado, de biografia individual e do site da Frente Parlamentar Evangélica.

Tabela 5 - Eleitos em 2010 para a 54ª legislatura (2011-2014) da Câmara dos Deputados

Estado	Nome	Mandatos e/ou afiliações anteriores	Profissão	Atividades em igrejas evangélicas e/ou na Record	Participante da Frente Parlamentar Evangélica
BA	Márcio Marinho	1 vez deputado estadual (PL) e 1 vez deputado federal (PR)	Radialista	Bispo da Universal e jornalista na Rádio Record, (1991-1993), TV Record RJ (1993-1995) e TV	Sim

				Itapoan BA, afiliada da Record (2001-2002)	
MA	Cléber Verde	3 vezes vereador (PV e PAN) e 1 vez deputado federal (PAN)	Professor, servidor público, vendedor autônomo	Não identificado	Sim
MG	George Hilton	2 vezes deputado estadual (PST, PL) e 1 vez deputado federal (PP)	Teólogo, radialista e apresentador de TV	Pastor da Universal e apresentador do programa "Minas na TV" da Record MG (1994-?)	Sim
RJ	Vitor Paulo Araújo dos Santos	1 vez deputado distrital (PSDB)	Jornalista e radialista	Bispo da Universal, diretor na TV Record SP (1996-2000) e presidente da ABRATEL (2005-2008)	Sim
RR	Jhonatan de Jesus	Não	Empresário	Membro da Igreja Batista	Sim
SP	Otoniel Carlos de Lima	1 vez vereador (PR) e 1 vez deputado estadual (PR)	Não informada	Membro da Universal	Sim
SP	Antônio Bulhões	1 vez deputado federal (PMDB)	Bispo evangélico, apresentador de TV, teólogo e administrador	Bispo da Universal e apresentador de "Fala Que Eu Te Escuto" e "Retrato da Família" na	Sim

				Record (s.d.)	
SE	Heleno Silva	1 vez deputado estadual (PTB) e 1 vez deputado federal (PL)	Pastor evangélico, locutor e técnico agrícola	Pastor da Universal	Não (Renunciou ao mandato para assumir prefeitura)

Fonte: Elaborado pelo autor com base nas informações do Repertório Biográfico da 54ª Legislatura (2011-2015), de biografias individuais e do site da Frente Parlamentar Evangélica.

Tabela 6 - Eleitos em 2014 para a 55ª legislatura (2015-2019) da Câmara dos Deputados

Estado	**Nome**	**Mandatos e/ou afiliações anteriores**	**Profissão**	**Atividades em igrejas evangélicas e/ou na Record**	**Participante da Frente Parlamentar Evangélica**
AC	Alan Rick	Não	Jornalista e apresentador de TV	Pastor da Assembleia de Deus e apresentador do programa "Gazeta Entrevista" na TV Gazeta AC, afiliada da Record (2006-2014)	Sim
AP	André Abdon	PTB	Engenheiro florestal	Membro da Assembleia de Deus	Sim
BA	Márcio Marinho	1 vez deputado estadual (PL) e 2 vezes deputado federal (PR, PRB)	Radialista	Bispo da Universal e jornalista na Rádio Record, (1991-1993), TV Record RJ (1993-1995) e TV Itapoan BA, afiliada da	Sim

				Record (2001-2002)	
BA	Tia Eron	4 vezes vereadora (PL, DEM, PRB)	Técnica em administração	Membro da Universal	Sim
CE	Ronaldo Martins	1 vez vereador (PL), 3 vezes deputado estadual (PL, PMDB e PRB)	Radialista	Pastor da Universal	Sim
MA	Cléber Verde	3 vezes vereador (PV e PAN) e 2 vezes deputado federal (PAN, PRB)	Professor, servidor público, vendedor autônomo	Não identificado	Sim
MG	George Hilton	2 vezes deputado estadual (PST, PL) e 2 vezes deputado federal (PP, PRB)	Teólogo, radialista e apresentador de TV	Pastor da Universal e apresentador do programa "Minas na TV" da Record MG (1994-?)	Sim
RJ	Roberto Sales	Não	Não informada	Pastor da Universal	Sim
RJ	Rosângela Gomes	3 vezes vereadora (PL, PRB) e 1 vez deputada estadual (PRB)	Não informada	Membro da Universal	Sim

RS	Carlos Gomes	1 vez deputado estadual (PPS)	Não informada	Pastor da Universal	Sim
RR	Jhonatan de Jesus	1 vez deputado federal (PRB)	Empresário	Membro da Igreja Batista	Sim
SE	Jony Marcos	2 vezes vereador (PRB)	Pastor	Pastor da Universal	Sim
SP	Celso Russomano	4 vezes deputado federal (PSDB, PPB, PP)	Apresentador de TV e repórter	Apresentador no "Programa da Tarde" da TV Record (2012-2015)	Não (Declara-se católico)
SP	Antônio Bulhões	2 vezes deputado federal (PMDB, PRB)	Bispo evangélico, apresentador de TV, teólogo e administrador	Bispo da Universal e apresentador dos programas "Fala Que Eu Te Escuto" e "Retrato da Família" na Record (s.d.)	Sim
SP	Roberto Alves	1 vez deputado estadual (PTB), 1 vez deputado federal (PTB), 1 vez vereador (PRB)	Metalúrgico	Pastor da Universal	Sim
SP	Vinicius Carvalho	1 vez deputado federal (PTdoB)	Jornalista, administrador, advogado	Pastor da Universal	Sim

SP	Sérgio Reis	Não	Cantor e ator	Apresentador do programa de TV "Raízes do Sertão" na Record (2014)	Não
SP	Beto Mansur	1 vez vereador (PSDB), 2 vezes prefeito (PPB, PP), 4 vezes deputado federal (PDT, PPR, PP)	Empresário da comunicação, engenheiro eletrônico	Não	Não
SP	Marcelo Squassoni	3 vezes vereador (PL, PRB)	Não informada	Não identificado	Não
SP	Fausto Pinato	Não	Advogado	Não identificado	Não
TO	César Halum	1 vez prefeito (PFL), 2 vezes deputado estadual (PFL), 1 vez deputado federal (PPS, PSD)	Veterinário	Não identificado	Não

Fonte: Elaborado pelo autor com base em dados do site da Câmara dos Deputados (2015), de biografias individuais e do site da Frente Parlamentar Evangélica.

Os dados evidenciam que a maioria dos parlamentares eleitos pelo PRB esteve diretamente ligada à Igreja Universal e/ou indiretamente vinculada a ela, via Rede Record. Foram comuns os casos de indivíduos que não citaram seu envolvimento com a instituição religiosa nas suas atividades profissionais declaradas às fontes oficiais consultadas. O pertencimento ao credo evangélico levou uma parte majoritária a integrar a Frente

Parlamentar Evangélica, grupo conhecido por defender valores cristãos tradicionais. Também é notável que o maior número dos parlamentares, antes de entrarem no PRB, já tinha alguma experiência em cargos eletivos e eram filiados a pequenos partidos de direita.

Conclusão

A gênese do PRB se deu por meio da ação de uma elite articulada à Igreja Universal do Reino de Deus, a qual expandiu sua presença na mídia e no sistema político do Brasil a partir do final dos anos 1980. Por meio do trabalho legislativo, pastores e bispos influenciam as discussões do Congresso Nacional através da Frente Parlamentar Evangélica, evidenciando uma proximidade ideológica entre as duas organizações. Na terminologia de Panebianco, pode-se dizer então que a Universal é uma instituição externa que patrocinou a criação do PRB, considerado então como um braço político para defender seus interesses e princípios.

Se a presença de um patrocinador dificultaria a institucionalização do PRB para Panebianco, os outros dois elementos que importam na fase de gênese do seu modelo apontam na direção contrária. Apesar de contar com figuras expressivas da política nacional, o partido não tem uma figura central que usa do seu carisma para dar força ao partido. No que diz respeito ao seu crescimento pelo território nacional, o processo se deu por penetração, isto é, foi controlado por um centro decisório, provocando uma gênese rápida e coordenada da legenda nos estados brasileiros.

O controle do partido por um centro organizativo aumenta seu grau de sistemicidade, no modelo de Panebianco, dado que a coesão das suas partes é alta. Essa característica positiva para a institucionalização do PRB, contudo, é contrastada por um baixo grau de autonomia, uma vez que é possível inferir que o partido não possui um controle direto sobre as trocas com o sistema, dado que existe uma instituição externa com poder sobre ele. Assim como ocorreu na fase da gênese, a Igreja Universal modera, portanto, a dinâmica do PRB na sua atual fase de institucionalização, o que vem rendendo bons resultados eleitorais.

Referências

BRASIL. **Deputados brasileiros**: Repertório biográfico da 53ª Legislatura (2007-2011). Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2007. Disponível em http://bd.camara.gov.br/bd/handle/bdcamara/2387.

_____. **Deputados brasileiros**: Repertório biográfico da 54ª Legislatura (2011-2015). Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2011. Disponível em http://bd.camara.gov.br/bd/handle/bdcamara/5164.

CARIELLO, Rafael. Igreja Universal vai criar partido político. **Folha de S. Paulo**. Publicado em 13 de janeiro de 2005. Disponível em http://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc1301200515.htm. Acesso em agosto de 2015.

COUTO, Cláudio Gonçalves. **Russomano, o católico**. O Estado de S. Paulo. Publicado em 18 de setembro de 2012. Disponível em http://opiniao.estadao.com.br/noticias/geral,russomanno-o-catolico-imp-,932142. Acesso em setembro de 2015.

ÉPOCA. O partido de Edir Macedo busca a salvação. **Revista Época.** Publicado em 4 de setembro de 2009. Disponível em http://revistaepoca.globo.com/Revista/Epoca/0,,EMI91575-15223,00-O+PARTIDO+DE+EDIR+MACEDO+BUSCA+A+SALVACAO.html. Acesso em setembro de 2015.

FONSECA, Alexandre Brasil. **Religion and democracy in Brazil (1998-2001)**: a study of the leading evangelical politicals, 2002 *apud* ORO, Ari Pedro. A política da Igreja Universal e seus reflexos nos campos religioso e político brasileiros. RBCS, Vol. 18, nº 53, outubro/2003. Disponível em http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v18n53/18078. Acesso em agosto de 2015.

PANEBIANCO, Angelo. **Modelos de partido**: organização e poder nos partidos. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

PRB. **Estatuto de 2014**. Disponível em http://www.prb10.org.br/wp-content/uploads/2015/08/ESTATUTO-PRB.pdf. Acesso em agosto de 2015.

_____. **PMR muda nome para PRB**. Publicado em 21 de março de 2014. Disponível em http://www.prb10.org.br/o-partido/historia/. Acesso em setembro de 2015.

RODRIGUES, Fernando. O partido da IURD. **Folha de S. Paulo.** Publicado em 12 de setembro de 2005. Disponível em http://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniao/fz1209200505.htm. Acesso em agosto de 2015.

TSE. **Órgão partidário**. Disponível em http://www.tse.jus.br/partidos/partidos-politicos/orgao-partidario. Acesso em setembro de 2015.